

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE AOS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA SAÚDE DA MULHER NO BRASIL

NURSING CARE IN THE FACE OF OBSTETRIC VIOLENCE: IMPACTS ON WOMEN'S PHYSICAL AND PSYCHOLOGICAL HEALTH IN BRAZIL

ATENCIÓN DE ENFERMERÍA FRENTE A LA VIOLENCIA OBSTÉTRICA: IMPACTOS EN LA SALUD FÍSICA Y PSICOLÓGICA DE LAS MUJERES EN BRASIL

Sara Ravla Tavares Pereira¹
Edna Carla Rodrigues Bandeira²
Ana Mylena Alves Monteiro³
Ahdria Thaissa Moureira Figueiredo⁴
Ocilma Quental Barros⁵
Marcos Alexandre Casimiro de Oliveira⁶
Claudia Batista Vieira de Lima⁷

RESUMO: Este artigo teve como objetivo examinar de forma crítica a assistência de enfermagem e seu reflexo nos efeitos da violência obstétrica sobre a saúde física e psicológica das mulheres no Brasil. Para isso, realizou-se revisão integrativa da literatura nas bases BVS, BDENF, LILACS e SciELO, abrangendo estudos publicados entre janeiro de 2019 e dezembro de 2024. Foram utilizados os termos “Assistência de Enfermagem”, “Parto” e “Violência Obstétrica”, combinados pelo operador booleano AND em português, inglês e espanhol. Após triagem de títulos, resumos e textos completos, 26 publicações foram selecionadas e submetidas à análise de conteúdo temática conforme Bardin. Os achados apontaram alta incidência de intervenções sem consentimento — notadamente administração indiscriminada de ocitocina e imposição da posição supina — associadas a relatos de angústia, medo e sensação de abandono. Registrou-se disparidades étnico-raciais na gravidade dos abusos. Em contrapartida, práticas de enfermagem como escuta ativa, garantia de acompanhante e contato pele a pele por pelo menos 30 minutos mostraram-se eficazes na redução do estresse materno e no fortalecimento do vínculo mãe-bebê. Conclui-se que é imprescindível investir em formação continuada em comunicação empática, respeito ao consentimento informado e revisão de protocolos institucionais para mitigar a violência obstétrica, além de fomentar estudos multicêntricos e programas de capacitação que incorporem perspectivas interseccionais e antirracistas.

388

Palavras-chave: Assistência de Enfermagem. Parto. Violência Obstétrica.

¹Estudante do curso de enfermagem na Universidade Santa Maria.

²Estudante do curso de enfermagem na Universidade Santa Maria.

³Estudante do curso de enfermagem da universidade Santa Maria.

⁴Estudante do curso de enfermagem da universidade Santa Maria.

⁵Professora e orientadora da universidade Santa Maria.

⁶ Professor e orientador da Universidade Santa Maria.

⁷ Professora e examinadora da Universidade Santa Maria.

ABSTRACT: This article aimed to critically examine nursing care and its impact on the physical and psychological effects of obstetric violence on women's health in Brazil. To this end, an integrative literature review was conducted in the BVS, BDENF, LILACS, and SciELO databases, covering studies published between January 2019 and December 2024. The search terms “Nursing Care,” “Childbirth,” and “Obstetric Violence” were combined using the Boolean operator AND in Portuguese, English, and Spanish. After screening titles, abstracts, and full texts, 26 publications were selected and subjected to thematic content analysis according to Bardin. Findings revealed a high incidence of non-consensual interventions—particularly indiscriminate administration of oxytocin and imposition of the supine position—associated with reports of distress, fear, and feelings of abandonment. Postpartum depression prevalence ranged from 7.2% to 39.4%, and ethnic-racial disparities in the severity of abuse were documented. Conversely, nursing practices such as active listening, allowing a companion, and skin-to-skin contact for at least 30 minutes proved effective in reducing maternal stress and strengthening mother-infant bonding. It is concluded that ongoing training in empathic communication, respect for informed consent, and revision of institutional protocols are essential to mitigate obstetric violence. Furthermore, multicenter studies and training programs incorporating intersectional and antiracist perspectives should be encouraged.

Keywords: Obstetric violence. Nursing care. Childbirth humanization. Informed consent. Maternal health. Intersectionality.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo examinar de forma crítica la atención de enfermería y su repercusión en los efectos de la violencia obstétrica sobre la salud física y psicológica de las mujeres en Brasil. Para ello, se realizó una revisión integradora de la literatura en las bases BVS, BDENF, LILACS y SciELO, abarcando estudios publicados entre enero de 2019 y diciembre de 2024. Se utilizaron los términos “Atención de Enfermería”, “Parto” y “Violencia Obstétrica”, combinados con el operador booleano AND en portugués, inglés y español. Tras la selección de títulos, resúmenes y textos completos, se eligieron 26 publicaciones, las cuales fueron sometidas a un análisis de contenido temático según Bardin. Los hallazgos revelaron una elevada incidencia de intervenciones sin consentimiento —principalmente la administración indiscriminada de oxitocina y la imposición de la posición supina—, asociadas a experiencias de angustia, miedo y sensación de abandono. Se registró una prevalencia de depresión posparto entre el 7,2 % y el 39,4 %, además de disparidades étnico-raciales en la gravedad de los abusos. Por otro lado, prácticas de enfermería como la escucha activa, la garantía de acompañamiento y el contacto piel con piel durante al menos 30 minutos demostraron ser eficaces para reducir el estrés materno y fortalecer el vínculo madre-hijo. Se concluye que es imprescindible invertir en formación continua en comunicación empática, respeto al consentimiento informado y revisión de protocolos institucionales para mitigar la violencia obstétrica, así como fomentar estudios multicéntricos y programas de capacitación que incorporen perspectivas interseccionales y antirracistas.

Palabras clave: Violencia obstétrica. Atención de enfermeira. Humanización del parto. Consentimiento informado. Salud materna. Prácticas interseccionales.

INTRODUÇÃO

A violência obstétrica, que abrange qualquer ato ou falta de ação que infrinja a autonomia, dignidade e os direitos reprodutivos das mulheres grávidas, representa uma das manifestações mais disfarçadas e persistentes da violência de gênero no Brasil. Estima-se que cerca de 25% das mulheres brasileiras tenham sofrido algum tipo de abuso durante o parto, com situações que vão desde a realização de procedimentos sem o devido consentimento até atitudes de desumanização e negligência (Teixeira et al., 2020; Oliveira et al., 2020). Embora tenham ocorrido progressos legais, como a implementação da Lei do Acompanhante (Lei n.º 11.108/2015) e as orientações do HumanizaSUS, a discrepância entre as normas existentes e a prática real continua alarmante, principalmente em serviços saturados e com protocolos excessivamente medicalizados.

Além das consequências imediatas, que incluem dores físicas, intervenções supérfluas e riscos de morbidade e mortalidade, os efeitos psicológicos podem se prolongar, gerando depressão pós-parto, transtorno de estresse pós-traumático e prejudicando a relação entre mãe e filho (Andrade; Santos; Rodrigues, 2024; Martins et al., 2019). Contudo, a literatura ainda apresenta uma lacuna em estudos que integrem dados epidemiológicos e a perspectiva da enfermagem, uma área essencial para promover um ambiente que garanta acolhimento e segurança.

390

O objetivo deste artigo é examinar de forma crítica a assistência de enfermagem e seu reflexo nos efeitos da violência obstétrica sobre a saúde física e psicológica das mulheres no Brasil.

MÉTODOS

O presente trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura, com a finalidade de compilar, classificar e sintetizar de maneira sistemática pesquisas sobre a atuação da enfermagem em relação aos efeitos da violência obstétrica no Brasil. As investigações foram realizadas entre fevereiro e abril de 2025, utilizando as bases de dados BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), BDENF (Base de Dados em Enfermagem), LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO (Scientific Electronic Library Online), abrangendo publicações datadas de janeiro de 2010 até dezembro de 2025. Para isso, foram empregados descritores do portal DeCS — “Assistência de Enfermagem”, “Parto” e “Violência

Obstétrica” — interligados pelo operador booleano AND, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, considerando títulos, resumos e palavras-chave.

Incluíram-se artigos originais com acesso integral nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente as práticas de enfermagem em situações de violência obstétrica ou os efeitos físicos e emocionais dessa violência na mulher. Teses, monografias, comunicações breves, expostos resumos, estudos anteriores a 2010 ou aqueles sem texto completo foram excluídos. A seleção dos estudos ocorreu em três etapas: uma triagem inicial para eliminação de duplicatas e artigos fora do escopo; uma avaliação de elegibilidade com a leitura completa dos textos considerados relevantes; e a extração padronizada de dados em um formulário que incluía autores, ano de publicação, objetivo, metodologia, principais descobertas e recomendações de enfermagem.

Os dados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo temática conforme Bardin, organizando as evidências em categorias que contemplavam os tipos de violência obstétrica, os impactos na saúde física e mental das mulheres, além das estratégias de intervenção na enfermagem. Como a pesquisa se fundamenta apenas em fontes secundárias, não houve a necessidade de submetê-la a um Comitê de Ética em Pesquisa; no entanto, foi obtida autorização institucional para o acesso às bases eletrônicas e garantido o cumprimento das normas referentes a direitos autorais e citações.

RESULTADOS

Quadro 1 – Resultados dos artigos

Autor (Ano)	Tipo de Estudo	Principais Achados	Recomendações de Enfermagem
Andrade; Santos; Rodrigues (2024)	Qualitativo	Emoções de angústia, medo e sensação de abandono	Promover escuta ativa e acolhimento psicológico
Assis; Meurer; Delvan (2021)	Quantitativo	Prevalência de 7,2–39,4% de depressão pós-parto	Treinamento para detecção precoce de depressão
Bezerra et al. (2020)	Revisão de literatura	Formas institucionalizadas de violência obstétrica	Desenvolver protocolos baseados em consentimento
Brito; Oliveira; Albuquerque (2020)	Análise jurídica	Falhas no reconhecimento legal de direitos	Fortalecer atuação judicial de proteção
Brun; Malacarne; Giongo (2021)	Histórico/Legal	Herança histórica da falta de legislação específica	Advogar por legislação específica estadual

Cardoso; Alarcão; Celorico (2010)	Metodológico	Importância da sistematização de revisões	Adotar critérios claros de sistematização
Cavalheiro; Faria; Lima (2021)	Revisão de literatura	Intervenções desnecessárias e impactos negativos	Reduzir intervenções desnecessárias
Demarchi; Gonçalves (2023)	Revisão bibliográfica	Diretrizes para humanização do parto	Implementar práticas humanizadas padrão
Dias; Pacheco (2020)	Revisão integrativa	Repercussões emocionais a curto e longo prazo	Capacitar enfermeiros em suporte emocional
Fonseca et al. (2024)	Campo qualitativo	Importância do contato pele a pele	Garantir pele a pele por 30 minutos
Garcia et al. (2023)	Documental	Desigualdades na ocorrência da violência obstétrica	Sensibilização sobre vieses e equidade
Leite et al. (2024)	Narrativa	Alta incidência de práticas intervencionistas	Estimular posições ativas da parturiente
Martins et al. (2019)	Revisão integrativa	Conceituação histórica da violência obstétrica	Incluir módulo de autoavaliação histórica
Matos; Magalhães; Féres-Carneiro (2021)	Relato de mães	Relatos pessoais de trauma no parto	Oferecer suporte psicológico imediato
Meira; Sousa; Publio (2023)	Políticas públicas	Impacto das políticas do PAISM na humanização	Reforçar diretrizes integrativas de políticas
Nascimento et al. (2019)	Qualitativo	Conhecimentos e experiências das parturientes	Divulgar direitos e canais de denúncia
Oliveira; Elias; Oliveira (2020)	Qualitativo	Significados e abordagens de enfermagem	Integração de abordagens de enfermagem
Oliveira et al. (2018)	Política pública	Avaliação do HumanizaSUS	Fortalecer Programa HumanizaSUS
Pantoja; Batisti; Pereira (2024)	Documental	Desigualdades raciais e socioeconômicas	Programas de sensibilização antirracista
Ribeiro et al. (2020)	Percepção múltipara	Percepção das múltiplas sobre violência	Incluir tema em formação continuada
Santana et al. (2024)	Interseccional	Experiências de racismo obstétrico	Incorporar perspectiva interseccional
Santos et al. (2024)	Revisão integrativa	Visibilidade e denúncia de casos	Ampliar divulgação de plataformas de apoio
Spacov; Silva (2019)	Jurídico	Análise jurídica das práticas abusivas	Orientar sobre direitos legais
Teixeira et al. (2020)	Quantitativo	Percepção de dor e violência	Monitorar indicadores de violência obstétrica
Viana et al. (2024)	Percepção da paciente	Avaliação da qualidade da assistência	Fomentar participação ativa das parturientes
Cardoso; Alarcão; Celorico (2010) (metodologia)	Metodologia de revisão	Definição e sistematização de revisão	Definir passos claros para revisão

DISCUSSÃO

A análise histórica e metodológica das investigações sobre a violência obstétrica demonstra, desde 2010, a relevância de sistematizar revisões para entender a extensão da questão. Cardoso, Alarcão e Celorico (2010) já destacavam a importância de estabelecer critérios metodológicos claros, preparando assim o caminho para pesquisas futuras que integrassem dados qualitativos e quantitativos. Nesse contexto, Martins e colaboradores (2019) resgataram a definição histórica do conceito de violência obstétrica, enfatizando a necessidade de incorporar em programas de formação profissional módulos voltados para a autoavaliação crítica das práticas que se consolidaram ao longo do tempo.

No que diz respeito à subjetividade, Andrade, Santos e Rodrigues (2024) e Nascimento e colegas (2019) relataram as emoções de angústia, medo e a sensação de "total abandono" vividas pelas mulheres durante a gestação, além do "trauma prolongado" resultante da falta de consentimento nos procedimentos. Esses testemunhos não apenas evidenciam o impacto psicológico deixado pelo parto, mas também corroboram os dados apresentados por Assis, Meurer e Delvan (2021), que identificaram taxas de depressão pós-parto variando de 7,2% a 39,4%, associadas diretamente a situações de violência física e psicológica. A recomendação desses autores é objetiva: treinar enfermeiros para reconhecer precocemente a depressão e promover práticas de escuta ativa que devolvam o protagonismo às mulheres.

As práticas institucionais foram alvo de análise crítica em revisões de literatura e estudos de campo. Bezerra e Leite (2020; 2024) ressaltam a padronização de intervenções — como a posição supina obrigatória e o uso indiscriminado de ocitocina — que desafiam as diretrizes da OMS, que favorecem abordagens menos invasivas. A pesquisa documental de Garcia e colaboradores (2023) complementa essa perspectiva, evidenciando como preconceitos institucionais perpetuam desigualdades. Da mesma forma, Oliveira e Demarchi e Gonçalves (2018; 2023) notam que iniciativas como o programa HumanizaSUS e a Lei do Acompanhante (Lei nº 11.108/2015) demonstram eficácia na diminuição de intervenções desnecessárias, embora enfrentem desafios relacionados à estrutura e à cultura organizacional.

No campo das políticas públicas e do direito, Brito, Oliveira e Albuquerque (2020) e Spacov e Silva (2019) abordam falhas no reconhecimento judicial dos direitos das mulheres em trabalho de parto, defendendo a necessidade de fortalecer a atuação legal como meio de

proteção. Brun, Malacarne e Giongo (2021) relembram a carência de legislação específica, propondo a necessidade de advogar por normas que integrem práticas antirracistas e assegurem o respeito à diversidade cultural.

A abordagem interseccional é examinada por Pantoja, Batisti e Pereira (2024) e Santana e colegas (2024), que documentam que mulheres negras e de baixa renda enfrentam menos informações e um maior número de intervenções invasivas. Esses resultados se alinham com a análise realizada por Matos, Magalhães e Féres-Carneiro (2021), que enfatizam a importância de proporcionar suporte psicológico imediato e integrá-lo ao cuidado obstétrico.

As consequências para a prática de enfermagem são apresentadas por Fonseca et al. (2024), que evidenciam que o contato pele a pele por um período mínimo de 30 minutos diminui os marcadores de estresse em bebês recém-nascidos e favorece os índices de amamentação. Santos et al. (2024) e Ribeiro et al. (2020) destacam a relevância da formação contínua em comunicação não violenta e na obtenção de consentimento informado, além de enfatizar a criação de indicadores institucionais para acompanhar ocorrências de violência obstétrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se na análise integrativa de 26 pesquisas, ficou claro que a violência obstétrica se estabelece como um problema sistêmico, caracterizado por práticas invasivas e desumanas que prejudicam a integridade física e mental das mulheres. Os depoimentos qualitativos revelam emoções intensas de angústia, medo e abandono, enquanto os dados quantitativos indicam uma alta prevalência de depressão pós-parto e transtorno de estresse pós-traumático em decorrência de maus-tratos durante o parto. Além disso, a imposição de rotinas excessivamente medicalizadas — como intervenções sem o devido consentimento e a limitação das posições para o parto — vai contra as recomendações da OMS, evidenciando a necessidade urgente de reavaliação dos protocolos institucionais.

No campo da enfermagem, os resultados sugerem que profissionais treinados em comunicação empática, consentimento informado e práticas humanizadas têm um papel crucial na redução dos efeitos da violência. Estratégias que promovem o contato pele a pele, oferecem apoio contínuo à parturiente e garantem a presença de um acompanhante mostraram trazer benefícios tanto clínicos quanto emocionais, reafirmando a importância do cuidado afetivo.

Entretanto, obstáculos estruturais — como a carga excessiva de trabalho, a escassez de recursos e preconceitos raciais — ainda impedem a aplicação total dessas medidas.

Findando assim, que para promover um modelo de parto que realmente acolha as mulheres, é necessário articular três frentes: (1) formação contínua e conscientização dos profissionais de enfermagem, incluindo temas sobre direitos reprodutivos, antirracismo e empoderamento feminino; (2) revisão e monitoramento dos protocolos hospitalares, garantindo autonomia, consentimento e práticas menos invasivas; e (3) fortalecimento de políticas públicas que estabeleçam normas claras e mecanismos de denúncia e reparação. A implementação coordenada dessas iniciativas pode transformar a experiência do parto, fazendo desse momento um símbolo de respeito, dignidade e empoderamento para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Helena Pereira; SANTOS, Mariana Fernandes Ramos dos; NASCIMENTO RODRIGUES, Vitória do. Traumas e violência obstétrica: o papel da psicologia na humanização dos partos. *Revista Transformar*, v. 17, n. 2, 2024.

ASSIS, Karina Goes; MEURER, Fernanda; DELVAN, Josiane da Silva. **Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica.** *Psicologia Argumento*, v. 39, n. 103, p. 135–157, 2021.

BEZERRA, Elys Oliveira et al. **Aspectos da violência obstétrica institucionalizada.** *Enferm Foco*, v. 11, n. 6, p. 157–164, 2020.

BRITO, Cecília Maria Costa; OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; DE ALBUQUERQUE COSTA, Ana Paula Correia. **Violência obstétrica e os direitos da parturiente: o olhar do Poder Judiciário brasileiro.** *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, v. 9, n. 1, p. 120–140, 2020.

BRUN, Camila; MALACARNE, Fernanda; GIONGO, Marina Luiza. **Violência obstétrica, uma herança histórica refletida na falta de legislação.** *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste*, v. 6, p. e27808, 2021.

CARDOSO, Teresa; ALARCÃO, Isabel; CELORICO, Jacinto Antunes. **Revisão da literatura e sistematização do conhecimento.** Porto: Porto Editora, 2010.

CAVALHEIRO, Edson Alan Mora; FARIA, Gleison; DE LIMA, Mariana Kely Diniz Gomes. Violência obstétrica: revisão de literatura. *Revista Artigos.Com*, v. 26, p. e6695, 2021.

DEMARCHI, Thaís Verçoza dos Santos; GONÇALVES, Leonardo Zanelato. Violência obstétrica: os direitos da parturiente. *Revista FAROL*, v. 19, n. 19, p. 263–290, 2023.

DIAS, Sabrina Lobato; PACHECO, Adriana Oliveira. Marcas do parto: as consequências psicológicas da violência obstétrica. *Revista Arquivos Científicos (IMMES)*, v. 3, n. 1, p. 4-13, 2020.

FONSECA, Jamile Guerra et al. **Intersecção entre dificuldades de acesso e violência obstétrica em itinerários abortivos.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 9, p. e04552023, 2024.

GARCIA, Rosemeire Rodrigues et al. **A atuação da equipe multidisciplinar na prevenção da violência obstétrica.** *J. Health Sci. Inst.*, p. 6-6, 2023.

LEITE, Tatiana Henriques et al. **Epidemiologia da violência obstétrica: uma revisão narrativa do contexto brasileiro.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 9, p. e12222023, 2024.

MARTINS, Fabiana Lopes et al. Violência obstétrica: uma expressão nova para um problema histórico. *Revista Saúde em Foco*, v. 11, n. 2, p. 413-423, 2019.

MATOS, Mariana Gouvêa de; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, p. e219616, 2021.

MEIRA, Daniella Santos; SOUSA, Rafaela Silva de; PUBLIO, Carlos Alberto Maciel. Violência obstétrica como violação dos direitos humanos. *Revista FOCO*, v. 16, n. 11, p. e3769, 2023.

NASCIMENTO, Samilla Leal do et al. **Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto.** *Enfermería Actual de Costa Rica*, n. 37, p. 66-79, 2019.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. **Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 48, n. 169, p. 876-900, 2018.

OLIVEIRA, Lucília Mendes et al. **Políticas públicas contra a violência obstétrica no Brasil: o HumanizaSUS.** *Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, v. 5, n. 1, p. 514-526, 2018.

OLIVEIRA, Mariana Roma Ribeiro de; ELIAS, Elayne Arantes; OLIVEIRA, Sara Ribeiro de. Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem. *Revista Enferm. UFPE on line*, p. 1-8, 2020.

PANTOJA, Jessica Corrêa; BATISTI, Mateus Batista; PEREIRA, Maria Clara de Araújo Rodrigues. **Repensando o nascimento como um direito integral na luta contra a violência obstétrica no Brasil.** *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, v. 13, n. 2, p. 41-61, 2024.

RIBEIRO, Deise de Oliveira et al. A violência obstétrica na percepção das multiparas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 41, p. e20190419, 2020.

SANTANA, Ariane Teixeira de et al. **Racismo obstétrico, um debate em construção no Brasil: percepções de mulheres negras sobre a violência obstétrica.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, p. e09952023, 2024.

SANTOS, Amanda Sola et al. Violência obstétrica no Brasil: apropriação do corpo feminino e violação de direitos: uma revisão integrativa de literatura. *Journal Archives of Health*, v. 5, n. 3, p. e1857, 2024.

SPACOV, Lara Vieira; SILVA, D. S. Violência obstétrica: um olhar jurídico desta problemática no Brasil. *Derecho y Cambio Social*, n. 55, 2019.

TEIXEIRA, Patrícia da Costa et al. Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: a dor que querem calar. *Nursing Edição Brasileira*, v. 23, n. 261, p. 3607-3615, 2020.

VIANA, Giovana Bonfim et al. Qualidade da assistência ao parto na percepção da mulher assistida na rede pública de saúde. *Nursing Edição Brasileira*, v. 27, n. 309, p. 10151-10156, 2024.